

A APROPRIAÇÃO DA CULTURA POPULAR PELA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO COMBATE A HEGEMONIA CULTURAL CAPITALISTA

Edilvan Moraes Luna¹

Maria Carlota Mariano Alexandre²

Resumo:

O discurso da sustentabilidade vem se intensificando neste início de século. Contudo, este mesmo discurso não está isento de ser um discurso ideológico, ideologia esta compreendida em termos de idéias legitimadoras de um determinado poder. Este poder corresponde ao dos detentores do capital, que para manter suas posições de capitalistas submetem tanto o homem como a própria natureza a posição de mera mercadoria, fonte de lucro e de capital. Em combate a cultura capitalista, propõe-se a fortalecimento das diversas manifestações da cultura popular. Enquanto a cultura capitalista, individualiza, aliena e propõe o consumismo como segurança psíquica do homem, a cultura popular possui fortes elementos educacionais humanizantes e conscientizantes. Este artigo faz uma reflexão teórica e filosófica acerca da cultura capitalista e como a hegemonia desta cultura estão na raiz dos problemas ambientais sentidos hoje. A partir de uma revisão bibliográfica, este trabalho tem como objetivo mostrar como a cultura popular age em reposta a cultura capitalista em uma ação contra-hegemônica. De forma mais específica, objetiva enfatizar que a educação ambiental deve se apropriar da cultura popular para fazer a crítica ao capitalismo e as suas relações alienantes.

Palavras-chave: Cultura popular; Educação Ambiental; Hegemonia Capitalista.

Introdução

O recente discurso ambiental vem adotando a postura do sustentável, na qual se baseia em manter os atuais padrões de vida dos países desenvolvidos, porém de maneira que a manutenção da vida na Terra seja possível. Esta é uma tentativa de tratar um problema, porém sem sacrifício de um modo de vida, de um paradigma dominante. Embora o discurso seja poético, ao conclamar a possibilidade do prazer do crescimento econômico com o bem-estar de vida no Planeta, quando o tema ecológico é tratado superficialmente, contradições importante deixam de aparecer, apontando a dificuldade real de se pensar uma sustentabilidade e uma possível educação ambiental.

Uma das contradições está no uso indiscriminado do substantivo “Humanidade”. Humanidade é um termo abstrato o suficiente para se fazer perder no meio de seu

¹ Graduando em ciências econômicas pela Universidade Regional do Cariri – URCA. E-mail: edilvanmoraes@hotmail.com

² Graduando em pedagogia pela Universidade vale do Acaraú – UVA. E-mail: carminhawisly@hotmail.com

significado a complexidade que envolve as relações humanas ao longo da história. A vida em sociedade é marcada por lutas de classes, conflitos de interesses e relações de poderes que definem os rumos da história humana. São muitos os exemplos de nações que se hoje desfilam no *hall* do desenvolvimento econômico, trazem em si um histórico sangrento de explorações de riquezas e de vidas. Não se podem fechar os olhos para a escravidão do negro, os massacres indígenas na América Latina e os inúmeros massacres perpetrados contra os trabalhadores nos séculos XVIII e XIX no continente Europeu. Mas se estas são apenas páginas de eventos passados, recordemos que a raiz de todos os males ainda se faz presente. Esta raiz se encontra na forma que nos últimos séculos a “humanidade” escolheu se organizar: a organização social capitalista.

Se entendermos o conceito de cultura como as técnicas, valores, símbolos, enfim, todo um conjunto de instrumentos e significados que nos permitem compreender e agir no mundo, então se pode afirmar que existe uma cultura capitalista. Esta cultura compartilha com todos os que dela fazem parte um conjunto de regras, valores, símbolos e significados que tanto permitem homens entenderem e agirem no mundo, como também cria as condições adequadas para a legitimação e perpetuação desta mesma cultura.

São a partir da análise da cultura capitalista, que se deve procurar evidenciar as raízes dos problemas ambientais sentidos hoje, demonstrando que a contradição da “humanidade” está presente no discurso ambiental sustentável. Em outras palavras, a tese que norteará este trabalho se resume na seguinte observação: o discurso ambiental sustentável não traz a luz as desigualdades de classes e as lutas de classes existentes, não revelando as contradições da organização social capitalista, esta que, por sua vez, não possui nada de sustentável para o meio ambiente, já que repensar sua lógica produtiva e de consumo em termos de redução em nome do “bem do Planeta” significaria impossibilitar a existência do próprio capitalismo, já que este se mantém da criação e acúmulo de riqueza.

Tendo em mente a necessidade de entender e combater a cultura capitalista, este trabalho objetivará demonstrar que dentro da lógica cultural capitalista, não pode haver sustentabilidade, e que a hegemonia dessa cultura fortalece os danos ambientais sentidos hoje. Para fazer resistência a essa hegemonia cultural, está o diálogo de culturas, a possibilidade de manifestações culturais diversas e diferentes movimentos sociais

possam impor sua voz, suas culturas, seus paradigmas, para que com o diálogo se possa caminhar em direção a uma sustentabilidade de fato da vida humana na Terra.

Aspectos da cultura capitalista e sua relação com a natureza

Embora o conceito de cultura seja merecedor de um amplo tratado sobre o tema, evidenciando sua complexidade, adotaremos para esse estudo a definição de cultura que a relaciona a uma herança social, um legado de informações, conhecimentos, competências, técnicas, símbolos, significados, dentre vários outros elementos que permitem ao homem ver, entender e agir no mundo. Legado este que é histórico e dialético, fruto das inúmeras relações sociais existentes entre os homens e entre homens e a natureza. Desmembrando essa definição, temos que a cultura não é fixa no tempo. Como afirmado, ela é uma construção definida ao longo da história, por isso seu caráter histórico. Ela também é uma construção resultante da dialética formativa da identidade humana em determinado contexto histórico, espacial, social, etc.. O homem nasce em um mundo dado, já construído, sem a participação do indivíduo em particular. Ao procurar sobreviver nesse mundo, ele é educado por outros que vieram antes dele e que o introduzem a determinadas regras de sobrevivência. Contudo, conforme este indivíduo age no mundo, por meio de seu trabalho, este está a modificar o mundo, forçando também a sua modificação, para que possa se adequar a este mundo novo construído por ele mesmo. Desta forma, a cultura é dialética porque o homem muda a natureza, a nega, procurando criar as condições para sua sobrevivência, porém ao criar tais condições, cria também um mundo novo no qual o mesmo homem terá que se adaptar para se enquadrar ao mundo que ele mesmo criou, dando início a um novo ciclo de transformações.

Pela mesma definição de cultura temos também que esta não é única. O mundo no qual nos referimos é a natureza que cerca o homem. A natureza é vasta, ao longo do globo terrestre, o que por sua vez dá subsídio para diferentes formações, verdadeiros cultivos de homens. Assim, cada sociedade possui sua cultura, sua formação, seu aparato de sobrevivência e de segurança técnica e simbólica.

Outra característica importante a ser ressaltada aqui é que a cultura é necessariamente social. Por ser uma herança, precisa ter quem a conceda e quem a herde. Porém, uma sociedade não é homogênea. Dentro de uma mesma sociedade, há diferentes outros subgrupos de culturas que emanam de modos distintos de se viver no

mundo. Quanto mais as sociedades, os aglomerados humanos se tornam maiores, com maior grau de integração, maiores são os graus de conflitos, já que uma sociedade traz em seu seio diferentes pessoas, diferentes identidades, diferentes condições econômicas e sociais e seus respectivos desejos e necessidades também diversas. O conflito passa, portanto a ser algo inerente a vida em sociedade.

Por outro lado, o conflito não é um mal em si. A luta por conquistar e legitimar seu modo de vida é válido na medida em que essa legitimação significa a satisfação das necessidades do indivíduo e do seu grupo. A luta por legitimar uma cultura representa a luta pela sobrevivência. O conflito tanto dá margem para o diálogo como para a violência.

Entretanto, com o advento da organização social capitalista, os conflitos passam a se acentuar, devido a condições específicas dessa cultura, que serão apontadas adiante. A partir de uma perspectiva histórica, se observa que a cultura capitalista possui em si elementos que intensificam os conflitos sociais, tanto no âmbito econômico (de relações de produção e consumo) como também no âmbito cultural (procurando garantir as técnicas e símbolos que a legitimam) e ecológico (a busca constante por gerar e acumular riqueza, base da sobrevivência da cultura capitalista, transforma o meio ambiente em forma de riqueza, afastando o homem de seu vínculo necessário com a mesma). Descrever a cultura capitalista é o primeiro passo para sua crítica e para apontar suas implicações com alguns danos ambientais, para que em seguida se possa discursar em favor da diversidade cultural e de sua ação de contracultura que classes sociais oprimidas, exploradas e desfavorecidas pela organização social capitalista devem dar movimento.

A ascensão da burguesia na hierarquia social foi marcada por longas lutas que atravessaram o período conhecido por Idade Média até os tempos de hoje. Como um processo histórico, definir a data do nascimento do capitalismo é difícil, porém pode-se dizer que o capitalismo nasce com a necessidade de determinado grupo social, comerciantes (burgueses), em impor suas vontades na formação da sociedade em que vivem.

Como afirma Schwanitz (2010):

A sociedade medieval constituía uma pirâmide composta por camadas ordenadas hierarquicamente. O topo era constituído pela nobreza, ela

própria estruturada de forma hierárquica: após o imperador, que constituía o vértice, vinham os reis, os duques, os margraves, os condes e os cavaleiros. Seguiam-se os cidadãos livres das cidades compostos, eles próprios, por uma hierarquia que ia dos patrícios até os aprendizes, passando pelos mercadores ricos, os artesãos, os mestres e os respectivos ajudantes. Os artesãos se encontravam organizados em corporações. Nas aldeias das zonas rurais existiam os lavradores livres e os seus congêneres dependentes, os criados e os servos.

A igreja constituía uma hierarquia paralela que ia do Papa, passando pelos cardeais, bispos, abades e priores, até aos cónegos, padres, monges e frades. (SCHWANITZ, 2010, p. 88)

Essa estrutura social dava a classe comerciante, burguesa, um papel de pouca relevância para a formação dos interesses sociais. Esta classe se via subjugada pelos interesses tanto da igreja como das monarquias, interesses estes que, em algumas vezes, iam de encontro aos interesses comerciais. O que favoreceu com a queda do feudalismo e de muitas monarquias foi o fato da classe burguesa adquirir poder suficiente para influenciar a formação da sociedade em que viviam em um momento em que as ações dos senhores feudais e reis comprometiam os interesses da classe burguesa. Como sintetizou Pernoud (1981, p. 36):

Está, contudo fora de dúvida que pouco a pouco, por volta do fim da Idade Média, os encargos da nobreza diminuíram sem que por isso os privilégios tivessem sido reduzidos e que no século XVII, por exemplo, era flagrante a desproporção entre os direitos — mesmo legítimos— de que ela desfrutava e os deveres insignificantes que lhe incumbiam. O grande mal foi os nobres se terem desligado das suas terras e não terem sabido adaptar os seus privilégios às novas condições de existência; desde o momento em que o serviço de um feudo, nomeadamente a sua defesa, deixou de ser um encargo oneroso, os privilégios da nobreza ficaram sem objecto. Foi isso que fez a decadência da nossa aristocracia, decadência moral que seria seguida de uma decadência material, bem merecida. A nobreza é directamente responsável pelo mal-entendido, que irá aumentando, entre o povo e a realeza; tornada inútil e muitas vezes prejudicial ao trono (foi entre a nobreza, e graças a ela, que se espalhou a doutrina dos enciclopedistas, a irreligião voltaireana e as divulgações de um Jean- Jacques), ela contribuiu grandemente para conduzir Luís XVI ao cadafalso e Carlos X ao exílio; é justo que ela os tenha seguido, a um e a outro. Mas podemos pensar que ainda assim foi uma pesada perda para o nosso país; um país sem aristocracia é um país sem ossatura, como sem tradições, pronto para todas as vacilações e para todos os erros.

Com o capitalismo, se desenvolve uma cultura no qual os valores fundamentais giram em torno o capital. O capital passa a ser elemento fundante da sociedade, sinônimo de poder e satisfação de interesses. Possuir capital é fundamental para se

adquirir poder, poder este como sinônimo de impor sua vontade aos demais. Contudo, o capital não é um recurso natural. Ele surge das relações comerciais, onde as mercadorias, ao longo do processo produtivo, incorporam valores (de uso e de troca) que possibilitam a quem negocia com a mercadoria uma quantia em termos monetários (lucro) que permitem ao negociante aumentar suas riquezas. Quem possui os meios de produção, podem produzir. Quem não tem os meios de produção, mas possui força de trabalho, converte sua força de trabalho em mercadoria e passa a negociar com ela.

A cultura capitalista, por girar em torno da produção e acúmulo de riqueza, procura desenvolver um legado, uma herança social, uma cultura que contribua com a lógica da acumulação do capital. Assim, por exemplo, o individualismo e o consumismo passam a ser elementos fundamentais da organização social capitalista, da formação humana e paradigma norteador da vida. A cultura capitalista é perpetuada nas relações sociais cotidianas, nos meios de comunicação de massa, nas escolas e em outros aparelhos ideológicos da cultura capitalista.

Se a cultura capitalista gira em torno do capital, então onde se encaixa o meio ambiente? O meio ambiente passa a ser matéria-prima para aquisição de capital. Em nome do capital, o homem se distancia da natureza, esquecendo que desta faz parte e que sua formação como ser passa pelo movimento dialético com a natureza. Para Cantor (2007, p. 101-102):

De forma histórica específica, o capitalismo, as relações entre os seres humanos, a sociedade e a natureza converteram-se em relações mercantis e monetárias. Isto redundando em que, em aras do lucro – que é a essência do modo de produção capitalista –, dilapidem-se as duas fontes fundamentais riqueza: a força de trabalho e a terra, o que produz, de um lado, a alienação e a desumanização e, do outro, a destruição acelerada do meio rural (...).

É na cultura capitalista, que estão presentes os elementos que fazem da natureza fonte de capital. Esta mesma cultura está se tornando hegemônica, dominando cada canto do cotidiano humano e fornecendo os parâmetros básicos para as decisões humanas diárias. Não que o homem seja manipulado por grandes corporações e que haja um movimento social em particular que conscientemente quer destruir a natureza e transformá-la em lucro. Entretanto, as relações sociais diárias, em suas diferentes esferas de ações (no trabalho, na escola, na mídia, na família, etc.) se desenvolvem de maneira que as consequências dos atos humanos não são visíveis ao longo do processo de causas e consequências que envolvem os atos em si. Desta forma, por exemplo, o

simples ato de consumir um objeto, uma roupa, por exemplo, para o indivíduo, é desprovido de qualquer conhecimento das causas e consequências que envolvem o ato da compra.

O processo de Alienação se instaura a partir deste distanciamento do homem do que o torna homem, ou seja, se o homem constrói a si interagindo com outros homens e com a natureza, no capitalismo esta interação passa a ser mediado pelo capital, e ao longo desta mediação, o homem se vê desprovido da compreensão das causas e consequências de suas ações na totalidade. Com a alienação, se inicia vários processos de distanciamento do homem do que o faz homem. . Duarte (1995), por exemplo, baseado em Marx, identifica quatro formas de alienação que se encontram simultaneamente no trabalhador:

- 1) Alienação das coisas: ao trabalhador são negados os meios de produção e os frutos do seu trabalho. São explorados, pois se submetem aos capitalistas detentores dos meios de produção e geram uma mais-valia para o capitalista;
- 2) A alienação de si próprio do trabalhador: o trabalhador não se reconhece mais no trabalho, não procura neste a sua identidade. O trabalho passa a ser externo ao trabalhador, como forma de satisfazer necessidades básicas e não mais uma maneira de agir e construir e natureza;
- 3) A alienação de gênero: o trabalhador se afasta da condição de ser genérico, complexo, universal, se tornando um ser isolado, particular e unilateral. Desta forma, a diferença que há entre o homem e os animais se distancia, pois “o animal só se produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz toda a natureza” (DUARTE, 1995, p. 48);
- 4) A alienação dos outros homens: a sociedade se divide entre classe trabalhadora e classe burguesa. Esta dicotomia gera desigualdades sócias e econômicas, separando o homem do próprio homem.

Uma visão realmente ecológica, compromissada com a solução dos problemas ambientais e com o bem-estar da humanidade em sentido amplo teria que passar, necessariamente, pelo retorno da humanização do homem, da conscientização que o homem não é um produto estranho ao seu meio, mas parte ativa do mesmo e que dele precisa para se humanizar. Para combater a hegemonização da cultura capitalista, deve-se reconhecer a importância das demais culturas.

Diversidade Cultural e educação ambiental

Se a organização social na qual vivemos hoje é capitalista, por outro lado lembremos que o homem é fruto da história e que a história do capitalismo é nova em termos da história do homem e que a hegemonia de sua cultura precisa se legitimar todos os dias, escondendo suas contradições.

Outras culturas, resultados de especificidades de modos de se fazer a história de um povo, estão presentes em distintos graus de intensidade ao redor do globo. A hegemonia cultural capitalista significa que este luta para impor seu modo de ver o mundo. Uma forma de ver o mundo global demanda a homogeneização do que, com o passar dos tempos, se formou de maneira diversa, direcionado por inúmeros fatores distintos. Outras culturas fornecem subsídios para os indivíduos tomarem decisões cotidianas locais, com cada cultura fornecendo seus próprios valores, símbolos e técnicas. Culturas dinâmicas que se renovam e procuram fornecer para o sujeito de que dela faz parte os insumos necessários para construir a história de seu povo. Assim, quando Leff (2006) retrata, por exemplo, a ação econômica do seringueiro da Amazônia para ganhar o seu sustento, tal ação, embora econômica, não é restrita apenas ao acúmulo de capital. A uma essência cultural em consonância com a pluralidade que é a vida. Nas palavras do autor:

(...) Da *seringueira* acariciada e seduzida pelo homem flui a vida de uma cultura. O seringueiro enlaça a natureza e a cultura para extrair o leite da seringa, sentido e sustento de um povo. Terra erotizada pela mão do homem, fertilizada com técnicas, com símbolos e signos. O seringueiro vai se forjando nessa referencia inesgotável com seu meio, com esse mundo externo e estranho que é a natureza. Natureza desnaturalizada. Natureza cultivada, culturizada. (LEFF, 2006, 502-503)

A vida não se limita apenas a ação econômica. Ela é uma pluralidade que parte da segurança física do indivíduo até sua segurança psicológica e espiritual. Uma cultura procura refletir esse aspecto. Enquanto há culturas que dão estas seguranças de maneira mais substancial, a cultura capitalista se limita a dar o consumismo como resposta as angústias humanas.

As festas religiosas, as danças, os artesanatos, as músicas, as artes, os ofícios, a tradição, a literatura, a história de um povo, toda sua cultura popular carrega em si técnicas e valores que, por ser resultado de uma história em âmbito local, se contrapõe a uma cultura capitalista, que por necessitar ser global, é frágil em fornecer valores – embora em termos de técnica seja muito avançada – capazes de formar o homem na

integralidade e complexidade que é o ser humano de fato. Ao contrario, como exposto anteriormente, uma das características principais da característica da cultura capitalista é a alienação do homem.

A própria lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e a política nacional de educação ambiental, em um dos seus artigos, acerca dos princípios da educação ambiental (art. 4º), afirma que é princípio da educação ambiental “O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo”. Neste termo, a lei de educação ambiental compreende a necessidade se inserir nas discussões ambientais a necessidade de se trabalhar com o homem em seu aspecto holístico, humanista e não particularizado em termos economicistas.

É no contexto da humanização, que a educação ambiental deve ser encarada. Este processo de tornar o homem humano, retirando-o da alienação que o reifica, é o papel fundamental para uma verdadeira educação ambiental. Para tanto se deve combater a hegemonia da cultura capitalista, inserindo em suas pautas de discussões e planos de aulas as diferentes manifestações culturais existentes além da cultura popular local, mostrando que existe uma diversidade cultural capaz de mostrar que há outros modos de se entender o mundo além dos facilmente divulgados pelas comunicações de massas. Essa compreensão é o primeiro passo para a ação contra-hegemônica a cultura capitalista, pois, como bem aponta Freire (2006, p. 51), fazer cultura é agir no mundo e se humanizar, já que:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo, vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo que ele mesmo é fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. (FREIRE, 2006, p. 51).

Em combater a alienação do homem em si, a cultura contribui com o meio ambiente quando contribui também na formação de um homem consciente e integral. Há também, por razões da formação histórica brasileira, a forte presença do natural e da natureza nas culturas brasileiras. Como escreve Pádua (1991, p. 146 *apud* GRÜN, 1996, p. 113-114):

Vindo dos cronistas e da arte colonial, passando pelo romantismo do século XIX, sob cuja influência se formaram as representações simbólicas da independência nacional, existe uma forte tradição que identifica o Brasil pela grandeza de sua natureza. Os principais símbolos nacionais se relacionam com as matas, os metais, a fauna e a flora. Esta tradição encontra forte presença também na cultura popular. Apesar de ser um fator dificilmente mensurável em termos objetivos e tratar-se de um dualismo bastante esquizofrênico, tendo em vista a história real de devastação – essa tradição pode ser apontada como relevante na criação de uma predisposição no universo mental brasileiro para o discurso ecologista (...).

Mas a cultura abordada em sala de aula não deve ser uma cultura estranhada, distante da realidade. Deve ser cultura vivida, sentida, reconhecida. Enfim, cultura, cultivo de um homem e um mundo humano e melhor. Se a educação possui um papel conscientizador e libertador, uma educação ambiental não é apenas uma forma de conscientização e libertação particular, em termos ecológicos. Educação ambiental, antes de tudo, é educação. Educação que, na sua tarefa emancipatória, tem nas culturas, culturas populares, um aliado contra a hegemonia da cultura do capital.

Conclusão

O presente trabalho procurou realizar uma discussão teórica e filosófica acerca de como as culturas, culturas populares são repostas as crises ambientais vividas atualmente. Acredita-se que a cultura que legitima a o capitalismo conduz o homem a alienação, esta que, por sua vez, distancia o homem de sua concretude, sua consciência como homem que se relaciona com outros homens e com a natureza.

A partir desta concepção, tem-se em mente a educação ambiental, ao fazer uso das diversas formas de manifestações culturais populares, poderá fazer frente a cultura capitalista, mostrando que o homem é agente de sua própria história, capaz de receber e, principalmente, fazer cultura, ao mesmo tempo que por sua característica local e abrangente, a cultura popular é forte o suficiente para fazer frente a cultura capitalista alienante, reificadora e homogeneizante.

A cultura popular é forte o bastante para conscientizar o homem de seu papel na história, no reconhecimento e solução dos problemas vividos pelo mesmo. A cultura popular só precisa ser reconhecida. Não o reconhecimento por ser pitoresco, servir ao entretenimento, e por representar o velho. Cultura não é apenas isso. É o reconhecimento da cultura como ação do homem construindo sua história e do seu meio ecológico e social.

Referências

CANTOR, Rena Veiga. **Marx, a ecologia e o discurso ecológico**. In: Jorge Nóvoa (org.). **Incontornável Marx**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DUARTE, Rodrigo A. de Paiva. **Marx e a natureza em O Capital**. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: A conexão necessária**. Campinas, SP; Papirus, 1996.

LEFF, Henrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PERNOUD, Régine. **Luz Sobre a Idade Média**. Lisboa, Portugal, Publicações Europa-América; Estudos e Documentos; 1981.

SCHWANITZ, Dietrich. **Cultura: tudo o que é preciso saber**. Lisboa: Dom Quixote, 2004.